

Os factores de vulnerabilidade do sucesso chinês

Publicação: [O Mundo em Português Nº60](#)

Data de Publicação: Dezembro de 2005

Autor: Miguel Santos Neves

A consolidação da posição da China como potência regional e a sua emergência como potência global, alicerçada num crescimento económico robusto e numa crescente integração na economia global, constitui uma das mudanças estruturais mais significativas no sistema internacional. O reforço do poder económico da China tem sido acompanhado por um aumento da sua capacidade militar e estratégica, num quadro de crescente competição estratégica com os EUA, bem como da sua influência política no plano internacional.

A manutenção de elevadas taxas de crescimento económico e o aumento do rendimento per capita têm sido a principal base de legitimação do regime chinês e um factor central da sua sobrevivência, desempenhando um papel político fundamental, em certas fases secundado pelo nacionalismo exercitado na abordagem da questão de Taiwan. Contudo, este processo de emergência da China, apesar do sucesso, tem também diversos pontos vulneráveis, internos e externos, que podem constituir factores potenciais de estrangulamento.

No plano económico, o factor de vulnerabilidade mais significativo é a fragilidade do sistema financeiro e o risco de falência de vários bancos chineses cuja viabilidade está ameaçada por elevados rácios de crédito mal parado, estimado entre 30% a 70% do PIB, resultante da concessão de crédito com base em critérios políticos e não económicos, a um conjunto de grandes empresas estatais chinesas em situação de falência técnica.

O padrão de crescimento económico tem causado crescentes problemas ambientais que geram custos económicos e sociais muito significativos – o Banco Mundial estima que a degradação ambiental represente, só em custos directos (saúde, destruição de recursos e culturas, catástrofes), entre 8 a 12% do PIB chinês. A extensão do problema é alarmante. De acordo com a OMS, das 10 cidades mais poluídas do mundo 7 são chinesas. No mesmo sentido, os estudos do governo chinês confirmam que 113 cidades são consideradas fortemente poluídas apresentando riscos para a

saúde humana, surgindo à cabeça as cidades de Linfen, Yangquan e Datong localizadas na província de Shanxi.

Segundo estimativas oficiais, 300 mil pessoas por ano morrem prematuramente com doenças respiratórias causadas pela poluição do ar, cujos níveis insustentáveis são explicados pelo uso do carvão como principal fonte de energia (65%), seguido do petróleo (25%) assumindo fontes mais sustentáveis como a hidroelétrica (6,9%) e o gás natural (3%) um peso marginal. Em consequência, a China é o segundo maior emissor de CO₂, representando cerca de 13% das emissões mundiais, a seguir aos EUA. O déficit potencial de água potável é o segundo problema mais complexo, dado que não só os recursos hídricos per capita são dos mais baixos do mundo e se encontram concentrados no Sul, mas também o nível de contaminação tem aumentado, já que só 20% dos esgotos são devidamente tratados.

As crescentes assimetrias na distribuição do rendimento, quer regionais quer pessoais, constituem uma fonte de problemas políticos e de enfraquecimento da legitimidade do Partido Comunista na exacta medida em que minam a coesão nacional. As desigualdades de distribuição do rendimento, medidas pelo coeficiente de Gini, aumentaram significativamente nas últimas duas décadas, de 0.33 em 1980 para 0.465 em 2004, ultrapassando o nível crítico de 0.4. Existem dois vectores distintos associados ao reforço das desigualdades: litoral-interior; rural-urbano.

Os grupos de rendimentos mais elevados concentram-se nas zonas costeiras, as quais, tendo apenas 23% da população, representam mais de 70% do PIB chinês. De acordo com as estatísticas oficiais, em 2003, a diferença do rendimento médio per capita entre a região mais rica da China, Shangai, 5.600 dólares, para a região mais pobre, Guizhou com 400 dólares, é de 1 para 14. Das 10 regiões com rendimento per capita mais elevado, 9 são regiões costeiras surgindo a seguir a Shangai, as regiões de Beijing, Tianjin, Zhejiang, Guangdong e Giansu.

As provinciais da região central ocupam a posição intermédia e as províncias da região ocidental situam-se na cauda (7 das 10 províncias mais pobres). A concentração de investimentos públicos na zona litoral, o maior grau de ligação das zonas costeiras à economia global e o regime de descentralização do sistema fiscal têm sido apontadas como causas fundamentais do aumento das assimetrias.

A estagnação dos rendimentos dos agricultores nos últimos anos e a migrações urbanas têm contribuído para um aumento do fosso entre os rendimentos das zonas rurais e das zonas urbanas: o rendimento médio urbano é cerca do triplo do rendimento rural. O crescimento de insatisfação nas zonas rurais, onde ainda vivem quase 2/3 da

população, constitui um motivo de preocupação para o regime que, historicamente, sempre viu o apoio das populações rurais como decisivo para a sua sobrevivência.

O aumento do desemprego, pelas suas implicações sociais e políticas, é um dos pontos de vulnerabilidade mais significativo. A evolução da economia chinesa tem sido caracterizada por um paradoxo: crescimento económico vigoroso com aumento do desemprego. As taxas oficiais de desemprego, que apenas cobrem o desemprego urbano, têm aumentado, atingindo 4,3% em 2003.

Contudo, estas taxas não incluem os migrantes não-registados de zonas rurais para as cidades nem os desempregados agrícolas. Estimativas mais realistas apontam para uma taxa real de desemprego urbano próximo dos 10% e para uma taxa global, incluindo o desemprego oculto, muito significativo no sector agrícola, de cerca de 20%. Existe um problema estrutural que tende a agravar as perspectivas futuras uma vez que o crescimento económico, apesar de vigoroso, não se tem revelado como solução suficiente para criar todo o emprego que as pressões sobre o mercado de trabalho chinês requerem: apesar do crescimento económico ter acelerado de uma média anual de 9,3% na década de 80 para 10,1% nos anos 90, a taxa de crescimento de emprego caiu de 4,2% p.a. na década de 80 para 1,1% na década de 90.

Por outras palavras, a elasticidade emprego-output diminuiu: nos anos 80, 1% de crescimento do PIB traduzia-se na criação de 2,4 milhões de empregos; desde final dos anos 90 gera a criação de apenas 700 mil empregos. O difícil processo de reforma das empresas estatais, muitas delas sem viabilidade económica, é um factor crítico que tem contribuído fortemente para o aumento do desemprego. As SOEs, cujo número foi reduzido de cerca de 65 mil, em 1998, para 23 mil, em 2003, foram responsáveis pelo despedimento, entre 1998 e 2002, de cerca de 26 milhões de trabalhadores.

O aumento do desemprego, associado a um sistema de segurança social nascente mas ainda frágil e fortemente deficitário, tem gerado instabilidade social crescente e a multiplicação de manifestações e protestos por todo o país, contra despedimentos e salários em atraso (em 2004 foram estimados cerca de 74.000 protestos). A baixa elasticidade output-emprego associada à manutenção da pressão demográfica sobre o mercado de trabalho nos próximos anos (os efeitos de alívio da política de controlo da natalidade só se farão sentir dentro de 10 a 15 anos), tenderão a contribuir para a continuação do aumento do desemprego e da contestação social a médio prazo.

Finalmente, o impasse no processo de reformas políticas e o défice de democratização, continuam a impedir a existência de canais institucionais de expressão da discordância e discussão de soluções alternativas para os problemas estruturais, bem como de

gestão dos conflitos fundamentais na sociedade, causando antes uma acumulação de tensões. A estratégia actual do regime passa pela criação de um Estado de Direito, pela consolidação do sistema legal e um combate à corrupção e pela inclusão dos novos grupos influentes, nomeadamente dos empresários privados, no Partido.

No plano externo existem também factores de risco. A preservação da paz e estabilidade regionais são essenciais para a continuação das reformas e a manutenção do crescimento económico chinês. Tal tem levado Pequim a prosseguir uma política externa pragmática, de pacificação das suas relações com os parceiros regionais, nomeadamente com a ASEAN. Contudo, a complexa e difícil relação com o Japão e o problema de Taiwan permanecem como factores de alto risco, susceptíveis de perturbar a estabilidade regional e criar novos problemas para a China.

O regime chinês está plenamente consciente dos riscos associados a estes pontos de vulnerabilidade. A recente proposta do programa quinquenal para o período 2006-2010, aprovada pelo PCC, reconhece a necessidade de corrigir os efeitos laterais negativos em termos da sustentabilidade e equidade do actual modelo do crescimento económico.